

XXVII Simpósio Nacional de História

Simpósio temático 131

Natal, 22-26 de julho de 2013

O que sucede com a História da Bahia se rompermos a cerca do
historicamente correto?

Antonio Luigi Negro¹

Junto com o mito do imigrante radical (cujo contraponto é o trabalhador nacional impotente), a tese do café com leite tem direcionado nosso olhar de modo a afirmar uma aliança superlativa entre paulistas e mineiros durante a I República (1889-1930). Por meio desta coligação, o predomínio de mineiros e paulistas só vem a se defrontar com o antagonismo dos militares ou dos gaúchos.

A importância de problematizarmos esse senso comum da historiografia para o estudo e pesquisa da História da Bahia é dupla. (1) A Bahia não teve imigração européia em massa e ficou sem os italianos, o que criou um ressentimento que dificulta o ato de estudar e pesquisar a sua História. (2) A Bahia é habitualmente vista como um estado de segunda classe – inclusive pelos próprios baianos. Estado sem peso nem relevo, estado ofendido, marginal ou atrasado; dado que tudo se passa entre o café dos paulistas e o leite dos mineiros.

¹ Professor da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador CNPq.

A Bahia, conseqüentemente, permaneceu como o lugar de uma força de trabalho regularmente detratada – pela força do preconceito – como inferior, pois o estado ficou a ver navios no porto, indo os italianos desembarcar no sul.

Na sua autoflagelação com os infortúnios e ofensas impingidos sobre si, a Bahia também deu com os burros n'água no que toca ao poder central republicano. Tão somente, assistiu desajeitada às disputas travadas pelos estados mais fortes do sul.

Assim, não causa espanto ler no livro de Dain Borges *The Family in Bahia, 1870-1945* que a oligarquia incumbida do poder baiano foi – previsivelmente – “pega no lado errado da cerca” quando estourou a Revolução de 30.² Dito de outro modo, não havia como ser de outro jeito: a Bahia não foi surpreendida – não foi flagrada – no lado errado da cerca; pois este já seria o seu lugar costumeiro na História brasileira. Ela foi pega no lado errado porque sempre esteve por lá: de 1889 a 1930, a Bahia, ou errou, ou perdeu. Presume-se portanto que os baianos, ou não souberam fazer escolhas, ou fizeram escolhas erradas. O estado, resumindo, atrasou-se. Atrasado, tornou-se marginal.

Com uma pergunta em mente – o que sucedeu após o biênio abolição (1888) e proclamação (1889) com a energia que os baianos (suas classes dominantes e subalternas) demonstraram possuir ao longo do século XIX? –, é o caso de logo afirmar que não se trata aqui de promover uma contorção historiográfica, cujo resultado é o salto da Bahia sobre a cerca, para acertar os seus ponteiros com São Paulo.

Desejo romper com essa teia dicotômica que imobiliza a pesquisa sobre a História da Bahia republicana num pano de fundo funerário. Ao mesmo tempo, tenciono abrir o lugar exclusivo que delimita para paulistas, mineiros, gaúchos e italianos uma fronteira atrás da qual a esses

² Borges, Dain, *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945*. Stanford, Stanford University Press, 1992, p. 43.

sujeitos é conferida uma desenvoltura que só existe enquanto os demais atores forem presos, na teia, ao imobilismo e à marginalidade.

Isto porque, como já foi dito, não se trata de situar a Bahia no lado adequadamente correto do processo histórico. Não cabe por a História da Bahia debaixo de uma lente de aumento que sirva para engrandecê-la e assim levá-la de volta a um – suposto – lugar seu que lhe pertence, e que lhe foi usurpado, o centro perdido.

Em segundo lugar, é possível problematizar a própria idéia de uma cerca que divide a História entre o certo e o errado. Não há motivos auto-evidentes, por exemplo, para ver no republicanismo de militares positivistas e no federalismo republicano de cafeicultores paulistas o lado certo da cerca em 1889. Também não há motivos auto-evidentes para ver na Revolução de 30 uma transformação de qualidade superior a tudo que a cercava, ou por ter sido vitoriosa. Afora o fato de que a História dos vencidos há muito tempo ser objeto da pesquisa histórica, muitas vezes, o lado certo da cerca está dado pelo fato de novo regime republicano ter produzido uma imagem negativa da monarquia e, em acréscimo, pelo fato de se chamar de velha a República 1889 e 1930, que aliás são dois procedimentos que a pesquisa histórica tem igualmente posto em questão.

A partir do estudo do livro *O teatro das oligarquias*, de Cláudia Viscardi, no lugar do pressuposto segundo o qual quase todo o intervalo de tempo entre 1889 e 1930 esteve ancorado pelo peso do rodízio entre São Paulo e Minas, é possível perceber, não um esquema pronto e acabado, sólido e sem perturbações, mas barganha e dinâmica, o que aumenta o número dos atores e chama a atenção para outros territórios da política, distantes do centro-sul.

É assim possível a atentar para a incerteza e a instabilidade de um jogo aberto a várias alianças possíveis, estabelecidas entre os seis estados mais fortes (São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Rio, Pernambuco e Bahia), o poder executivo e o Exército, entre a sucessão de Rodrigues Alves em 1905 e as vésperas da Revolução de 30.

Os estados presumiam que São Paulo e Minas podiam, com a força de que dispunham, assumir o domínio. Estavam atentos contra isso, pois estavam atentos às tentativas de eternização no poder, pelas quais a força na situação terminaria por eliminar as chances das oposições de terem algum tipo de pretensão quanto ao seu futuro.

O teatro das oligarquias ensina que diante de uma aliança situacionista, os demais atores, no decorrer dos processos de pactuação anteriores às campanhas sucessórias, compunham eixos alternativos de poder dotados de respeitável importância e eficácia.

Caso a caso, a cada processo eleitoral, é possível observar que o predomínio dos vencedores em cada sucessão não devia se eternizar às custas da impingida marginalidade dos demais. No lugar disso, a expectativa do rodízio entre as forças ao término de cada mandato e o esforço dos competidores no sentido de impedir a monopolização do poder por um ou outro ator asseguravam a crença em campanhas futuras, inibiam o ressentimento de exclusão entre os perdedores e, nesse sentido, continham rupturas.

Logo, São Paulo e Minas não fizeram (a despeito dos demais) o que bem entendiam. Ao contrário, havia intensa barganha nas barganhas havidas antes dos processos sucessórios, inclusive contrariamente aos interesses de mineiros e paulistas.

Minas Gerais conseguiu seu ingresso no primeiro plano da política apenas depois de resolver seus problemas domésticos, o que se verifica a partir da sucessão de Rodrigues Alves em 1905. Quando aí chegaram, os mineiros depararam-se com São Paulo, que protagonizara a cena ao lado dos militares e dos baianos, então muito bem implantados na capital carioca por meio de três lideranças pelo menos: Rui Barbosa, J. J. Seabra e Miguel Calmon.

Neste momento em que subiram ao vértice republicano, os mineiros não firmaram um acordo sólido e duradouro com os paulistas. Antes, de forma inédita, Viscardi afirma que mineiros e

paulistas “mais se temiam do que se uniam”.³ Sem negar a existência de aproximações entre ambos, ela demonstra que, em vez de solidez e confiança, havia receios mútuos e rupturas. Além disso, no nível da administração federal, a composição das forças passava pela diversidade de interesses e dos atores federados.

É necessário notar que, quando de fato mineiros e paulistas fecharam acordos a cada sucessão, o que se deu no decorrer da década de 1920, mais a funcionalidade da I República sofreu com suas investidas de monopolização e continuísmo, até chegar inclusive a hora em que São Paulo deixou de “levar em conta o poder político do estado de Minas”, confirmando as usuais suspeitas dos mineiros de que a parceria dos paulistas não era durável (VISCARDI, 2012: 306).

Também é importante notar que a História da Bahia contribuiu para a revisão do café com leite. “A quintessência da Primeira República foi o processo de harmonizar as reivindicações conflitantes das oligarquias regionais”, escreveu o historiador coreano Eul-Soo Pang no livro *Coronelismo e oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República brasileira*. “Um exame mais atento da chamada “política do café com leite”, entre os cafeicultores de São Paulo e os pecuaristas de Minas Gerais, nos mostra que na realidade foi “café contra leite”, principalmente depois de 1910, quando os dois estados competiam mais do que colaboravam pelo papel supremo de árbitro da política da federação”.⁴

Temos então de perceber a importância e necessidade de o sistema político federalista integrar os demais estados na estabilização de acordos e pactos. Ainda que o sistema federalista suponha que os mais fortes dão as cartas, também supõe que o jogo seja disputado por um arco de jogadores que aos mais fortes não se reduz.

³ Viscardi, Cláudia, *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte, Fino Traço Editora, 2012, p. 253.

⁴ Pang, Eul-Soo, *Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana. Alguns aspectos de sua História, 1875-1891*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1979, P. 8.

Na medida em que questionamos a existência do café com leite, podemos reavaliar o papel das elites políticas da Bahia, o que nos convida a redimensionar o seu lugar cativo, de ofendida e marginal.

É possível ver melhor o seu desempenho na capital carioca. Também é possível entender melhor as dificuldades pelas quais a Bahia passou na I República, motivos de sua tão reiterada fragilidade.

Se transferirmos o procedimento de Viscardi para o estudo da História da Bahia, veremos que o costume da política de acomodação (SAMPAIO) das elites baianas – que consistia em monopolizar o poder continuamente (à custa da liquidação do rodízio entre as facções) – fragilizou o estado no grupo dos seis mais importantes em nível nacional.

Pelo fato de, na Bahia, as elites políticas se comportarem ao contrário de suas atitudes na capital, a grande turbulência que marca a sua História política no estado diminuía o seu poder e prejudicava a sua representação no Rio, onde, em acréscimo, sofria o assédio regular da terceira força política nacional, os gaúchos, que queriam mais cadeiras no parlamento, em particular as da Bahia. O Rio Grande do Sul, vale frisar, buscou seu papel de terceira força tirando-o da Bahia.

Os planos do Rio Grande do Sul de aumento de poder não passavam apenas por questionar o espaço que os baianos haviam conseguido nas duas primeiras décadas republicanas. Pois os gaúchos, além do peso que tinham por causa do Exército, queriam influir na política de estados do norte, como por exemplo o Ceará. Ao fazerem isto, eles desagradavam Pernambuco, que tradicionalmente exercera papel central na região nortista.

É preciso também prestar atenção nas possibilidades que se abriram quando os eixos alternativos de poder conseguiram articular frentes políticas regionais nas quais o norte tinha um papel saliente, casos das campanhas presidenciais de Rui Barbosa em 1910 e 1919 e da Reação Republicana em 1922.

Os baianos tiveram enorme importância nas poucas campanhas presidenciais verdadeiras da I República. O jogo entre os estados se dava também entre norte e sul, indo além de mineiros e paulistas.

Comparar a Bahia com São Paulo não nos leva, no presente momento, a lugar algum, a não ser ao pouco considerado excepcionalismo de São Paulo.

Apenas São Paulo conjugou um forte republicanismo histórico com representação congressional forte, cafeicultura em um padrão capitalista “moderno”, industrialização, finanças, transportes, imigração em massa, crescimento urbano e populacional. Tudo isso foi conjugado de modo historicamente peculiar e não constitui modelo, mas sim experiência. Contrastar a Bahia com São Paulo, nesses termos, nos prende a um rosário de lamentações.

Foi, por outro lado, a sensação de ser o mais importante, o mais rico, o mais forte, que levou São Paulo, na sucessão de Washington Luís “a abrir mão da aliança com os mineiros”, evitando assim ter de “passar por mais um quadriênio submetido aos arbítrios de outro estado, econômica e politicamente mais frágil” (*O teatro das oligarquias*, p. 306). Os paulistas ficaram fartos do jogo em que o mais forte tinha sociedade com o mais fraco. Quiseram bancá-lo a sós, mas não conseguiram.

Estalado o processo mudancista, quando Washington Luís voltou-se para a Bahia tendo em vista a última esperança de obter respaldo político e militar, colunas revolucionárias, vindas do norte, comandadas por moços tenentes, se infiltravam no território baiano pelo litoral e pelo sertão, para, num movimento de pinça, espremer à bala qualquer ato de solidariedade com o poder em queda.

Em carta de Getúlio Vargas a João Neves (datada em 31 de agosto de 1929), o missivista se pronuncia sobre a influência de Carlos Mangabeira na política de sua terra natal (a Bahia). Getúlio até admitiu a ida de Carlos, que residia no Rio Grande do Sul, à capital, conforme propunha o seu correspondente. Porém, não apostava na “eficácia” do encontro de Carlos com

seus “irmãos” João e Otávio, pois nada seu emissário teria a oferecer. João e Otávio, escreveu Vargas, eram “homens práticos”, de “âncoras fundamente lançadas na Bahia e presas ao Catete”.⁵

Não por acaso, foi a Otávio Mangabeira a quem os revolucionários de 1930 deram permissão de visita ao presidente Washington Luís, como parte da mínima diplomacia concedida ao paulista deposto, detido no forte de Copacabana. Aliás, fora na Bahia que as últimas esperanças do presidente, de revide e reviravolta, se apagaram.

Além disto, enquanto o mineiro Melo Franco não surgia como nome da Revolução para o Ministério das Relações Exteriores, houve quem cogitasse que Otávio – homem preso a Washington Luís – aceitaria ficar à frente da pasta que chefiara.

Numa sentença, mirando o assunto em 1929 (logo, de fora do poder central da República), o ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, Getúlio Vargas, sintetiza, sobre os Mangabeira, o que desejo provar como historiador: a existência de uma prática política de âncoras apoiadas na História da Bahia e associadas ao Catete, intimamente, muito além do café-com-leite e desconhecendo uma anedótica divisão entre lugares certos e errados na História.

⁵ Carta, 31/8/1929. Cpdoc, Arquivo Getúlio Vargas, c 1929.08.31/4.